

O SR. ROCHA MENDES FILHO — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, de Sr. Mário Teixeira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Piracicaba, recebi um ofício com a solicitação de lê-lo neste plenário e de encaminhá-lo também ao jornal "Última Hora" desta capital.

Este ofício está vazado nos seguintes termos:

(Ilê) "Piracicaba, 15 de fevereiro de 1961

Ilmo. Sr. Deputado Estadual Rocha Mendes

Este Sindicato, por seu Presidente, abaixo assinado, vem perante V. Sa., em defesa de seus associados, reclamar contra o mau procedimento do médico Dr. Caio Ferreira Carneiro, que ocupa o lugar de médico perito do IAPI local, apenas para tirar proveitos próprios, assim sendo este Sindicato recebeu da associada Olga Carlos, operária da Cia. Industrial Agrícola Boyes, que sofrendo uma ruptura, há nove anos mais ou menos e não conseguindo mais trabalhar, procurou o citado médico, que também é empregado da mesma Companhia, e filho do maior acionista que ocupa o lugar de Diretor-Gerente, sendo ele médico interessado direto nos lucros da firma, explora também os trabalhos através do poderio que também possui, sendo ele médico do IAPI.

Assim sendo, denunciamos a queixa recebida pela citada operária, que quando ela procurou o médico para quem a reclamação caberia, queixando que não resistia mais o trabalho, a resposta foi intolerável: resposta esta tão digna de uma reclamação porque o ilustre médico respondeu que se fosse feita a operação cirúrgica paga a ele Cr\$ 12.000,00, além das despesas de hospital, não precisava nem passar a um exame médico mais eficiente e que ele daria autorização para que ela fosse operada logo no dia seguinte, mas caso fosse por conta da assistência dada pelo IAPI, que a cirurgia de recuperação só seria necessária quando a operária estivesse com idade avançada.

Esperando de V. Sa. medidas justas e humanas, os trabalhadores da categoria têxtil, espera que o Dr. Caio Ferreira Carneiro seja exonerado do cargo que ocupa no IAPI local. (a) Mário Teixeira — Presidente do Sindicato".

Este, Sr. Presidente, foi o ofício que recebemos, com a solicitação de o encaminharmos também ao jornal "Última Hora". Vamos encaminhá-lo com uma carta ao Departamento Nacional de Previdência Social, que agora conta com representantes de trabalhadores, para que seja apurada a responsabilidade desse médico e tomadas as medidas necessárias, em defesa daqueles que contribuem para a previdência social e que devem ser atendidos, tanto pelo governo, como pelos órgãos que foram criados com a finalidade de assistir e defender o trabalhador desamparado do nosso país. (Muito bem!)

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Onofre

Gosuen.

O SR. ONOFRE GOSUEN — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, ocupo a tribuna, na qualidade de deputado independente, que combate o governo naquilo que de danoso possa ele executar e que dá seu modesto apoio às medidas de atendimento popular e que tenham por escopo o benefício à população do Estado.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, quero estranhar que nenhum dos deputados desta Assembleia, principalmente aqueles que mais assiduamente frequentavam a Secretaria da Fazenda e usavam da liberdade com que o ex-Secretário Vicente de Azevedo os tratava, se tenha manifestado quando do seu inexplicável afastamento da Secretaria da Fazenda. Realmente, estranho a omissão dos Srs. deputados e lastimo, também, a atitude do Sr. Governador aceitando o afastamento do Sr. Vicente de Azevedo, tirando-o, por assim dizer, da administração de São Paulo, eximindo o Estado do concurso deste singular homem público, cuja idade não o inibia, pelo contrário, era para todos nós, a certeza da experiência e do bom senso, tão em falta nos dias de hoje em determinadas Secretarias do Governo paulista, que chegam mesmo ao limite da levandade. O Sr. Vicente de Azevedo, não obstante a idade, era o mais atualizado dos auxiliares do governo e, sem dúvida, o de maior senso. (Muito bem!) E' um homem realmente singular. Não vivia de exibicionismo na imprensa, cumpria o seu dever exemplar e silenciosamente.

O ilustre deputado federal Derville Alegretti, em feliz pronunciamento na Câmara Federal, realçou com maestria o que desde o afastamento do ex-Secretário eu gostaria de ter dito. Todavia, sendo eu um dos deputados que menos frequentavam a Secretaria da Fazenda, aguardei que um dos meus colegas mais autorizados o fizesse. Como até hoje nenhum se dignou a fazê-lo, peço aos meus nobres pares para solicitar à Mesa a transcrição do discurso do deputado Derville Alegretti, fazendo ao mesmo tempo, minhas as suas dignificantes palavras, sobre o afastamento. Deus queira breve, do Sr. Vicente de Azevedo da Secretaria da Fazenda.

O texto do discurso a que me refiro é o seguinte:

UM GRANDE SERVIDOR DE SÃO PAULO E DO BRASIL

Derville Alegretti, exalta, na Câmara dos Deputados, a atuação de Francisco de Paula Vicente de Azevedo na Secretaria da Fazenda de São Paulo

Na sessão de 7 deste, na Câmara dos Deputados, em Brasília, o sr. Derville Alegretti pronunciou o seguinte discurso: "Senhor Presidente, nobres colegas,

"O sr. Francisco de Paula Vicente de Azevedo acaba de deixar a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. É perda sensível para o governo paulista. Deve-lhe o meu Estado os mais assinalados serviços. No início do governo Jânio Quadros coube-lhe a direção do Banco do Estado, então em situação difícil. Em pouco tempo, Vicente de Azevedo pôs em ordem o grande estabelecimento de crédito. Fê-lo com sabedoria, isenção de ânimo, amor ao trabalho. Em seguida, foi convocado para substituir o professor Carvalho Pinto na Secretaria da Fazenda. Nessa pasta realizou, sem alarde publicitário, uma obra de recuperação financeira que, sem favor, assombrou os paulistas. Como todos sabem, São Paulo é, agora um Estado de Finanças saneadas. Esse saneamento é devido, em grande parte, à lucidez correta e desambiciosa de Vicente de Azevedo, em quem a modestia é uma outra forma de inteligência. Sua autoridade técnica e moral é tamanha que, por diversas vezes, foi chamado, com êxito, a servir de mediador entre grupos patronais e de empregados, evitando a deflagração de greves perturbadoras da economia bandeirante. Sob o pseudônimo de Spectator analisou agudamente o problema do café em artigos depois reunidos em livro, que marcaram época. Digo-o desinteressadamente. Jamais tive negócios com o Banco do Estado. Jamais solicitei qualquer espécie de favor a Vicente de Azevedo. Minha decepção, ao vê-lo deixar a Secretaria da Fazenda, é a mesma de todos os paulistas que nele se habituaram a ver um artífice real da reconstrução econômica e financeira do Estado bandeirante. Não ignoro que a política não tem entrinhas. Sei que a saída de Vicente de Azevedo foi determinada pela atual conjuntura política de São Paulo, onde o pleito à prefeitura da Capital assume proporções de catelismo de algum modo cívico. Lamento, apenas, as circunstâncias em que se verificou tal saída. Na carta divulgada pela imprensa, em que a explica, Vicente de Azevedo deixa bem claro o desapontamento que lhe causaram tais circunstâncias. É um documento para ser lido e meditado. E dele emerge, positivamente mais engrandecida, a figura exemplar de Vicente de Azevedo, cuja fidelidade mais antiga e porventura mais nobre: a fidelidade moral, o braço espiritual das virtudes singulares que identificam os verdadeiros paulistas velhos. E' evidente que, pessoalmente, Vicente de Azevedo nada perdeu — antes lucrara — ao deixar o posto que exercia com sacrifício dos seus respeitáveis interesses particulares. Não menos certo, porém, e que houve perda para o Governo paulista. Homens como ele escasseiam. Administradores do seu porte tornam-se cada vez menos numerosos. Reservas morais como a dele não se encontram sempre. Resta-nos, contudo, o consolo de que seu exemplo frutificou. Esse fruto é um dos nomes da atual grandeza paulista."

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Ioshifumi Utiyama. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Costa. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Augusto do Amaral. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Henrique Peres.

O SR. HENRIQUE PERES — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, ocupo a Tribuna da Casa do Povo para levar ao conhecimento do Sr. Governador do Estado, o lamentável estado em que se encontra a rodovia que liga São Paulo à Moji das Cruzes. Rodovia essa das mais antigas do nosso Estado, servindo além de Moji das Cruzes, prósperos municípios da zona do alto Tietê, como Suzano, Poá, Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba, etc..

Pois bem Sr. Presidente, essa estrada escondouro natural da produção industrial, agrícola e mineral daquela zona, está em péssimas condições, condições essas em que não é possível o trânsito, tal o perigo, tal o estado de abandono em que se encontra.

Não é possível admitir que se construam estradas em todos os quadrantes do Estado e não se conservem as que de longo tempo vêm servindo uma grande população.

Por exemplo: as pontes sobre os rios Tatuapé e Jundiaí, a primeira construída em madeira já não oferece segurança ao trânsito e deve ser substituída por uma de cimento armado e não de madeira como pretende o engenheiro residente do D. E. R. em Moji das Cruzes; a segunda é perigosíssima em face de sua estreiteza, pois somente permite o tráfego de um veículo de cada vez, quando o movimento da estrada é superior a dois mil veículos nos dois sentidos, diariamente.

O leito carroçável impossibilita o trânsito, tal o lastimável estado em que se encontra: depressões perigosíssimas ameaçam a vida dos que por ela transitam: boeiros entupidos, à mais leve chuva, transbordantes.

Tudo isto no desconhecimento do engenheiro responsável, negativo nos serviços que deveria supervisionar e com profunda perda para os usuários daquela via de comunicação.

Gasta-se tanto dinheiro no Plano de Ação e no entanto nada se faz no sentido de pelo menos conservar uma via vital para a economia da zona que represento nesta Casa.

Urge, Sr. Presidente, a recomposição desta via, e faço esta advertência desta tribuna, pois se continuar o descaso, ficarão perdidos os produtos de todas as atividades da densa população da cabeceira do Rio Tietê, por falta de meios para atingir o centro de consumo que é esta sofrida Capital.

Péssima é a estrada, testemunhando de vivo a incapacidade diretiva do D. E. R. sediado em Moji das Cruzes.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Francisco Franco.

O SR. FRANCISCO OFRANCO — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o eminente Sr. Jânio Quadros poderia ter abordado o problema do dólar-papel sem menoscar a alta função civilizadora e progressista de "O Estado de São Paulo", ou sem olvidá-la completamente. Se o propósito de Sua Excelência fosse o de combater o mau uso de um prolongado favorecimento cambial, com vistas à atividade publicitária em geral, a crítica presidencial teria atingido uma certa parte da nossa imprensa, felizmente reduzida, de uma coloração que vai do amarelo ao marrom que por isso mesmo nunca justificou, nem antes nem depois, qualquer proteção oficial.

Visando especificamente o "O Estado de São Paulo", cuja dimensão, nos domingos, principalmente, parece ter constituído a principal preocupação que lhe turvava o espírito, levando-o à prática de uma deplorável injustiça, o Sr. Jânio Quadros mostrou desconhecer o verdadeiro alcance econômico da dimensão considerada abusiva ou extraordinária.

O grande número de páginas de "O Estado de São Paulo", num único dia da semana, não é determinado apenas pela variedade da colaboração, a que escritores eminentes, muitos de projeção internacional, dão o mais significativo realce. E nem é produzido também pela abundância da matéria opinativa e ideológica, procedente de todos os ramos do pensamento brasileiro e universal, com que concorre o brilhante matutino de Júlio de Mesquita Filho para melhorar os índices de cultura geral do nosso povo. O volume de páginas de "O Estado de São Paulo" representa uma alta promoção econômica a que não são estranhos os interesses fazendários, tanto os do município, como os do Estado e os da Nação.

Se são os anúncios que fazem as vendas mercantis, se a divulgação econômica funciona no sentido de acelerar o processo econômico do desenvolvimento, há de ter como valiosa a contribuição desse grande órgão da nossa imprensa, e de tê-la, principalmente, como força subsidiária do poder público.

De fato, Sr. Presidente, inestimáveis têm sido os serviços que o "O Estado de São Paulo" vem prestando à economia do Estado e do País. Basta invocar esta circunstância, de todos conhecida, para se ver como foi injusto o Sr. Presidente da República. Sua Excelência não teve em conta o aspecto econômico que o número de páginas de um jornal deixa perceber. Não se deteve diante de uma circunstância que por si só justificaria a mais elevada das dimensões, quanto ao número de páginas de um jornal — e que é precisamente, sem nenhuma forma de contestação, a que realiza objetivamente uma promoção econômica da mais meritória significação.

Eis a verdade, Sr. Presidente, que a crítica presidencial omitiu de modo lamentável: quanto maior for a divulgação de sentido social e econômico, maior será o número de operações mercantis ou privadas por ela provocado. E muito mais elevadas, sem dúvida, as possibilidades arrecadoras do município, do Estado e da União.

O Sr. Presidente, o que mais impressionou no malicioso gesto do Sr. Jânio Quadros em relação ao "O Estado de São Paulo" não foi a acusação de desperdício, aliás perfeitamente justificada, mas o fato de haver o primeiro magistrado da Nação olvidado tudo a um tempo só, isto é, a autoridade do órgão atingido pela sua crítica, resultante, principalmente, de sua isenção e da alta compostura cívica e moral com que é orientado e dirigido, as tradições do seu liberalismo democrático, os exemplos de sua obstinada devoção aos bons e salutar princípios que todos vimos defendendo, inclusive o próprio Sr. Jânio Quadros.

E' lamentável esse olvido, Sr. Presidente, pois, entre os muitos títulos que credenciam o "O Estado de São Paulo" à admiração e ao respeito do país, figura o de ter concorrido fortemente para o triunfo da política que estamos consoando a praticar e que tem, na eleição presidencial do Sr. Jânio Quadros, a sua máxima expressão.

E mais lamentável ainda, Sr. Presidente, por ser público e notório que o "O Estado de São Paulo" já vinha se batendo pela abolição do câmbio de custo, inclusive o que favorecia a imprensa, sempre de acordo com uma tradição que honra o patriotismo e o desinteresse de sua ilustre direção. Dizem, Sr. Presidente, não sei se com ou sem razão, que o Sr. Jânio Quadros está sempre disposto a injustiçar amigos e a poupar adversários. Nesse caso do dólar-papel, Sua Excelência procurou atingir o jornal que mais se bateu pela sua vitória eleitoral. Tê-lo-ia escolhido de propósito, para mostrar a sua isenção, mas o certo é que não se tem livrado o Presidente da acusação de ser, muitas vezes, o amigo da onça, e noutras, quando assaltado pelos seus impulsos, a própria onça...

Sr. Presidente, presto a minha homenagem ao grande matutino de Júlio de Mesquita Filho, que é um padrão de legítimo orgulho da imprensa nacional e continental, e interpreto — tenho disso a mais absoluta certeza — o sentimento de todo o povo de São Paulo".

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Dante Perri.

O SR. DANTE PERRI — Sr. Presidente e Srs. deputados, por mais que me queiram convencer, até hoje não acredito que a hipocrisia seja produto exclusivamente inglês ou americano. Não concedo esse privilégio apenas aos nordicos da velha Albion, nem aos recém-formados no regime democrático, que são os americanos. A hipocrisia, Sr. Presidente, existe em toda parte, principalmente nos países novos onde surgem grandes líderes, tais como Jango Goulart ou Jânio Quadros, esses homens que arrastam atrás de si multidões que se deixam levar pela coloração adquirida nos momentos mais exaltados da Nação a fim de levarem muitas vezes o País a grandes descalabros. O Sr. Jango Goulart, por exemplo, fel, talvez indiretamente, o inventor dos laps: I.A.P.I., I.A.P.C., I.A.P.E.T.C., I.A.P.B. e todos os outros que consomem os magros, os poucos recursos dos operários. Os IAPS são proteções do tipo da velha Chicago dos gangsters...

Ora, o Presidente Jânio Quadros, um dos grandes cemagogos desta Nação (muito bem, muito bem, não apoiados), — homem que arrastou 30 milhões de brasileiros atrás de sua carreira meteórica, carreira que não justifica em nenhum lugar do mundo — e que quer agora estabelecer a harmonia social, a paz social, a felicidade do povo, deve iniciar a sua tarefa liquidando os laps. Acabo com o I.A.P.I., com o I.A.P.C., com o I.A.P.E.T.C. e abra agora esse grande instituto que sugeri a S. Exa., o Instituto Nacional de Seguro contra o Desemprego. Nesse instituto, sim, se podem filiar bancários, comerciários, industriários, e todos os operários terão a garantia de jamais ficarem desempregados. Teremos então, no Brasil, empregados de 30 e 40 anos, como no passado.

E me agrada sobremaneira, Sr. Presidente, o apelo que obtive de uma das mentalidades mais rutilantes e esclarecidas desta Assembleia, deputado Cardoso Alves, lidimo representante do Sr. Fernando Ferrari nesta Assembleia Legislativa. Ora, Fernando Ferrari, que conheceu Jango Goulart e o conhece muito bem, sabe da sua incompetência, da sua demagogia e dos prejuízos que causou à Nação, pode, naturalmente, orientar o ilustre Presidente da República sobre os benefícios que trará a instituição do Instituto Nacional de Seguros Contra o Desemprego, acabando definitivamente com esses órgãos estérteis, inúteis, inoperantes que são os IAPS, sejam eles quais forem.

Desta tribuna, enviei ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Presidente do Senado, ao Sr. Presidente da Câmara Federal e ao Sr. Ministro do Trabalho — este jovem que inicia agora seus primeiros passos nessa Pasta, mas que não sei se conseguirá fazer uma boa gestão — enviei, Sr. Presidente, minha proposta de criação do Instituto Nacional de Seguros Contra o Desemprego. Se o Sr. Presidente da República quer fazer o Brasil feliz, que o faça; se não, o arrastará para a guerra civil, como parece ser a sua intenção atual. Sou um de seus ardorosos admiradores. Não o poupo, porém. Não poupo quem deseja governar sozinho. Isto não é ditadura. Isto, o Brasil, é o País democrático onde as forças armadas, em silêncio, fiscalizam os atos dos pretensos democratas. Vejamos, especremos. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Cito Albuquerque.